



## EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

Processo administrativo 737/2026 - FMS/SEMSA/PMVJ

Nº do edital 001/2026-DPO/FMS/SEMSA/PMVJ

### 1. Preâmbulo:

- 1.1 O fundo municipal de saúde inscrito no CNPJ de nº 12.456.167/0001-40, localizada na Rua Pedro Ladislau, bairro Prainha, nº 3511, município de Vitória do Jari, CEP 68924-000 estado do Amapá, neste ato representado pelo Sr. Paulo Sergio Pinheiro Dias, nomeado pelo decreto de nº 008/2025-GAB/PMVJ no uso de suas atribuições, torna público para o conhecimento dos interessados, que a partir das **09h00min do dia 11 de maio de 2026**, através do portal <https://www.licitanet.com.br> ocorrendo à sessão pública, objetivando o registro de preços, processando-se aplicação subsidiária da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais exigências estabelecidas no termo de referencia deste edital de licitação.

### 2. Informações do processo para contratação:

Concorrência Eletrônica:	001/2026 – DPO/FMS/SEMSA/PMVJ
Processo administrativo:	737/2026 – FMS/SEMSA/PMVJ
Unidade requisitante:	Daniely Chaves de Almeida
Modalidade:	Concorrência Eletrônica
Critérios de julgamento	Menor preço global
Objeto:	Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para construção do Ponto de Atendimento na Ilha dos Aruãs na zona rural do município de Vitória Jari/AP, em conformidade com as regras estabelecidas pela Lei Federal nº 14.133/21 através da emenda parlamenta nº 1246516700015006.

### 3. Responsáveis pela Elaboração do edital e Condução do Certame:

#### 3.1 Elaboração do Edital:

- 3.1.1 O presente Edital e seus Anexos foram elaborados pelo **Departamento de Planejamento e Orçamento (DPO)**, com apoio do Termo de Referência elaborado a partir do Estudo Técnico Preliminar realizado pela Comissão de Planejamento, designada pela Portaria nº 320/2026 – GAB/SEMSA/PMVJ.

#### 3.2 Condução do Certame:

- 3.2.1 A condução do certame será realizada pelo **Agente de Contratação**, designado por ato administrativo específico, conforme previsto nos arts. 8º e 9º da Lei nº 14.133/2021.
- 3.2.2 O Agente de Contratação será auxiliado por sua respectiva Equipe de Apoio, composta por servidores designados pela Administração.

#### 3.3 Competências do Agente de Contratação:

- 3.3.1 Conduzir a sessão pública eletrônica, promovendo a abertura das propostas e lances.
- 3.3.2 Receber, examinar e encaminhar a comissão de planejamento sobre impugnações e pedidos de esclarecimentos relativos ao edital.
- 3.3.3 Analisar a documentação de habilitação dos licitantes.
- 3.3.4 Julgar as propostas de acordo com o critério de Menor Preço Global.
- 3.3.5 Conduzir o certame ate a fase de homologação
- 3.3.6 E encaminhar atas da sessão aos seus devidos responsáveis após assinaturas.



### 3.4 A Equipe de Apoio:

- 3.4.1 Auxiliará o Agente de Contratação em todas as fases do certame, especialmente na análise documental e registro das ocorrências da sessão.
- 3.4.2 Atuará de forma colegiada, garantindo maior segurança e transparência ao processo.

## 4. Plataforma para cadastramento:

- 4.1 **Site oficial da plataforma:** O cadastramento e a participação no certame deverão ser realizados exclusivamente através do portal eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>
- 4.2 **Canal de suporte eletrônico:** E-mail para fornecedores: [provedor@licitanet.com.br](mailto:provedor@licitanet.com.br) - **Contatos telefônicos de suporte:** +55 (34) 3014-6633 - +55 (34) 2512-6500
- 4.3 **Horário de atendimento da plataforma:**
- 4.3.1 Segunda a quinta-feira: das 08h00 às 18h00  
Sexta-feira: das 08h00 às 17h00

### 4.4 Portal da Prefeitura Municipal de Vitória do Jari/AP:

- 4.4.1 O Edital e seus anexos estarão disponíveis aos interessados, a partir da data de sua publicação, nos seguintes endereços eletrônicos: **Portal da Transparência do Município:** <https://vitoriadojari.ap.gov.br>  
**Portal da plataforma Licitanet:** <https://www.licitanet.com.br>

## 5. Datas para Cadastramento, impugnação e abertura da sessão:

- 5.1 Data e hora de início de cadastramento das propostas:

<b><u>25.05.2026</u></b>	<b><u>09h00min</u></b>
--------------------------	------------------------

- 5.2 Data e hora limite para impugnação:

<b><u>05.06.2026</u></b>	<b><u>23h59min</u></b>
--------------------------	------------------------

- 5.3 Data de abertura da sessão pública:

<b><u>10.06.2026</u></b>	<b><u>09h00min</u></b>
--------------------------	------------------------

## 6. Consultas e encaminhamentos:

- 6.1 Anexo da Secretaria Municipal de Saúde – Departamento de Planejamento e Orçamento do Fundo de Saúde, CNPJ de nº 12.456.167/0001-40.
- 6.2 E-mail: [planejamento.semsapmvj@gmail.com](mailto:planejamento.semsapmvj@gmail.com) – [cplsemsa@outlook.com](mailto:cplsemsa@outlook.com) ou [dcmp.semsa.pmvj@gmail.com](mailto:dcmp.semsa.pmvj@gmail.com)
- 6.3 Endereço: Rua Pedro ladslal, nº 3511, bairro Prainha no Município de Vitoria do Jari, CEP – 68924-000, Vitória do Jari/AP.

## 7. Impugnação e Pedido de Esclarecimento:

- 7.1 Direito de impugnação: Qualquer pessoa poderá impugnar o presente edital por irregularidade, até cinco dias úteis antes da data marcada para a abertura da sessão pública, conforme o art. 164 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.2 Pedido de esclarecimento: Os licitantes poderão solicitar esclarecimentos sobre o edital até três dias úteis antes da data marcada para a abertura da sessão pública.
- 7.3 **Forma de encaminhamento:**
- 7.3.1 Os pedidos de esclarecimento e as impugnações deverão ser realizados diretamente na plataforma eletrônica Licitanet <https://www.licitanet.com.br> ou encaminhados aos canais oficiais da Secretaria Municipal de Saúde:

- a) E-mail: [planejamento.semsapmvj@gmail.com](mailto:planejamento.semsapmvj@gmail.com) e E-mail: [cplsemsa@outlook.com](mailto:cplsemsa@outlook.com)



- b) Endereço físico: Rua Pedro Ladislau, nº 3511, bairro Prainha, Município de Vitória do Jari/AP, CEP 68924-000.

#### 7.4 Análise e resposta:

- 7.4.1 Caberá ao Agente de Contratação, com apoio da comissão de Planejamento, analisar e decidir sobre as impugnações e pedidos de esclarecimento.
- 7.4.2 As respostas serão disponibilizadas no Portal da Transparência do Município (<https://vitoriadojari.ap.gov.br>) e na plataforma Licitanet, passando a integrar o edital como parte integrante.

#### 7.5 Efeitos da decisão:

- 7.5.1 Acolhida a impugnação, será promovida a correção do edital e a republicação, com reabertura dos prazos, quando necessário.
- 7.5.2 O indeferimento será devidamente fundamentado e publicado nos mesmos canais de divulgação.

### 8. Condições de Participação:

- 8.1 **Participação:** Poderão participar do presente licitação todas as empresas legalmente constituídas e cadastradas na plataforma **Licitanet**, que atendam às condições estabelecidas neste edital e seus anexos, e que estejam regularmente habilitadas para a prestação de serviços de engenharia.

- 8.2 **Impedimentos:** Não poderão participar do certame:

- 8.2.1 Empresas declaradas inidôneas ou suspensas de licitar e contratar com a Administração Pública, em qualquer esfera de governo.
- 8.2.2 Empresas que estejam sob processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação.
- 8.2.3 Empresas que tenham sido punidas com impedimento de licitar ou contratar, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 8.2.4 Empresas que possuam dirigentes ou sócios que sejam servidores ou gestores vinculados ao Fundo Municipal de Saúde ou à Secretaria Municipal de Saúde de Vitória do Jari/AP.

#### 8.3 Condições adicionais:

- 8.3.1 O licitante deverá declarar, sob as penas da lei, que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme previsto no art. 7º, XXXIII da Constituição Federal.
- 8.3.2 O licitante deverá atender integralmente às exigências técnicas e administrativas previstas no Termo de Referência e demais anexos do edital.

### 9. Credenciamento:

- 9.1 **Plataforma de credenciamento:** O credenciamento dos licitantes será realizado exclusivamente por meio da plataforma eletrônica **Licitanet** <https://www.licitanet.com.br>, conforme previsto neste edital.

#### 9.2 Requisitos para credenciamento:

- 9.2.1 O licitante deverá estar previamente cadastrado na plataforma, com login e senha ativos.
- 9.2.2 O cadastro deverá estar atualizado com todas as informações exigidas pela legislação vigente e pela plataforma.
- 9.2.3 O credenciamento implica na responsabilidade do licitante quanto à veracidade das informações prestadas e à autenticidade dos documentos enviados.

#### 9.3 Procedimentos:



- 9.3.1 O credenciamento deverá ser realizado até o horário limite de início da sessão pública.
- 9.3.2 O licitante será responsável pelo uso adequado de sua chave de acesso e senha, não cabendo à Administração Pública qualquer responsabilidade por uso indevido.
- 9.3.3 O credenciamento na plataforma equivale à assinatura eletrônica do representante legal da empresa, para todos os efeitos legais.

#### 9.4 Responsabilidade do licitante:

- 9.4.1 O credenciamento implica aceitação plena e irrevogável das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.
- 9.4.2 O licitante deverá acompanhar todas as comunicações e atualizações disponibilizadas na plataforma e no Portal da Transparência do Município.

#### 9.5 Suporte técnico:

- 9.5.1 Em caso de dúvidas ou dificuldades técnicas, os licitantes poderão entrar em contato com o suporte da plataforma Licitanet: E-mail: [fornecedor@licitanet.com.br](mailto:fornecedor@licitanet.com.br), Telefones: +55 (34) 3014-6633 / +55 (34) 2512-6500 E Horário de atendimento: segunda a quinta-feira das 08h00 às 18h00; sexta-feira das 08h00 às 17h00.

### 10. Garantia da proposta:

#### 10.1 Obrigatoriedade da Garantia de Proposta:

- 10.1.1 A apresentação da Garantia de Proposta é requisito obrigatório para habilitação das empresas participantes.
- 10.1.2 Caso a empresa não apresente este documento no sistema eletrônico, será automaticamente desclassificada pelo sistema Licitanet, sem possibilidade de recurso quanto à ausência do documento.
- 10.1.3 A garantia poderá ser apresentada nas formas previstas na Lei nº 14.133/2021, tais como: caução em dinheiro, seguro-garantia ou apólice de fiança bancária.

#### 10.2 Esclarecimento referente à Garantia de Proposta:

- 10.2.1 A exigência da Garantia de Proposta está prevista neste edital e operacionalizada pelo sistema eletrônico Licitanet, que realiza automaticamente a verificação da presença do documento.

Em caso de ausência, o sistema procede à desclassificação imediata da licitante, sem possibilidade de intervenção manual ou ajuste por parte do Agente de Contratação.

Trata-se de um mecanismo de controle sistêmico que visa assegurar a isonomia entre os concorrentes, reforçar a legalidade, a transparência e a segurança jurídica do certame, evitando qualquer margem de discricionariedade ou favorecimento.

#### 10.3 Pontos de Apoio Jurídico (Lei nº 14.133/2021):

- 10.3.1 **Princípio da vinculação ao edital (art. 5º):** o edital é a norma interna da licitação e deve ser cumprido integralmente, vinculando tanto a Administração quanto os licitantes.
- 10.3.2 **Princípio da isonomia (art. 5º, caput):** todos os participantes devem ser tratados de forma igual, sem possibilidade de flexibilização individual.
- 10.3.3 **Princípio da legalidade e da transparência (art. 5º, incisos I e II):** a condução do certame deve observar regras objetivas, previamente estabelecidas, garantindo segurança jurídica e clareza dos atos.



10.3.4 **Automatização do sistema eletrônico (art. 17, §2º):** os sistemas de contratação eletrônica devem assegurar tratamento isonômico, impedir manipulação e garantir que as regras editalíssimas sejam aplicadas de forma uniforme.

#### 10.4 **Natureza da desclassificação automática:**

A desclassificação automática não decorre de decisão subjetiva da autoridade responsável, mas sim de regra objetiva previamente estabelecida e aplicada de forma uniforme a todos os participantes.

#### 10.5 **Atuação da autoridade responsável:**

O **Agente de Contratação** atua em conformidade com o edital e com o sistema eletrônico, garantindo a legalidade, transparência e imparcialidade do processo licitatório, não recaindo sobre ele a responsabilidade pela desclassificação automática em razão da ausência da Garantia de Proposta.

### 11. **Etapa dos Lances:**

11.1.1 O sistema recebe e registra automaticamente cada lance, garantindo transparência e rastreabilidade.

11.1.2 Os lances são decrescentes e só podem ser feitos em relação ao menor valor vigente.

11.1.3 O sistema mantém o sigilo da identidade dos licitantes durante a disputa.

11.1.4 Encerrada a etapa de lances o sistema identificará em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

11.1.5 Ao final da etapa de lances, o sistema identifica o melhor classificado e abre espaço para a negociação direta.

### 12. **Critérios de Desempate:**

12.1 Na Lei nº 14.133/2021, os critérios de desempate seguem uma ordem legal objetiva (art. 60), e caso todos se esgote, aplica-se o sorteio.

12.2 Já na plataforma Licitanet, o sistema eletrônico incorpora esses critérios e, em caso de empate real não resolvido, realiza automaticamente o sorteio, sem intervenção do pregoeiro.

12.3 **Automatização:** o sistema aplica automaticamente os critérios de desempate, sem possibilidade de ajuste manual pelo pregoeiro.

12.4 **Sorteio eletrônico:** se todos os critérios forem insuficientes, o sistema realiza sorteio automático entre os licitantes empatados.

12.5 **Transparência:** o processo é registrado eletronicamente, garantindo imparcialidade e segurança jurídica.

### 13. **Da negociação e atualização dos lances:**

13.1 O sistema permite a **atualização automática dos lances** durante a disputa, com registro eletrônico de cada oferta.

13.2 Após o encerramento dos lances, o sistema identifica o melhor classificado e abre espaço para a **negociação direta** conduzida pelo pregoeiro.

13.3 Essa negociação é registrada no próprio sistema, garantindo **transparência e rastreabilidade**.

13.4 O agente de contratação não pode “pular” licitantes: a negociação deve começar pelo primeiro colocado e só avançar se este não aceitar reduzir ou ajustar sua proposta.

### 14. **Do julgamento e aceitação da proposta vencedora:**

14.1 O sistema registra automaticamente todos os lances e ordena os licitantes:

14.1.1 Após o encerramento da fase competitiva, o sistema aponta o **melhor classificado**.

14.1.2 O agente de contratação deve então verificar a **conformidade da proposta** com o edital e seus anexos (documentos, requisitos técnicos, condições comerciais).





14.1.3 Se a proposta atender integralmente às exigências, o sistema registra a **aceitação da proposta vencedora**.

14.1.4 Caso contrário, o pregoeiro deve **desclassificar** e convocar o próximo colocado, sempre respeitando a ordem de classificação.

**14.2 Pontos de apoio para o pregoeiro:**

14.2.1 O julgamento é objetivo e vinculado ao edital (art. 55 e 57).

14.2.2 A aceitação da proposta vencedora depende da conformidade com o edital (art. 58 e 59).

14.2.3 O sistema Licitanet garante transparência e rastreabilidade, registrando todos os atos eletronicamente.

14.2.4 O agente de contratação não pode ajustar ou flexibilizar exigências: apenas verificar se a proposta cumpre o edital e seus anexos.

**14.3 Será desclassificada a proposta vencedora que:**

14.3.1 De acordo com a Lei nº 14.133/2021, será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) Não atender às exigências do edital (art. 58, caput).
- b) Não cumprir requisitos técnicos ou condições de habilitação **exigidas para a contratação**.
- c) Descumprir normas legais específicas, como reserva de cargos para pessoas com deficiência, quando aplicável.
- d) Não apresentar documentação complementar ou comprovação exigida na fase de habilitação.
- e) Apresentar preço inexecutável ou excessivo em relação ao estimado pela Administração (art. 59, §1º).
- f) Não comprovar a exequibilidade da proposta, quando solicitado (art. 59, §2º).

14.3.2 A inexecutabilidade, **somente será considerada após diligência do pregoeiro**, que deverá comprovar:

- a) Que o custo efetivo do licitante ultrapassa o valor da proposta apresentada;
- b) Que inexistem condições objetivas ou fatores de oportunidade capazes de justificar a viabilidade da oferta.

14.3.3 Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**15. JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO:**

15.1 Encerrada a etapa de julgamento das propostas, o agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, bem como se não possui sanções impeditivas de contratar com a Administração, mediante consulta aos cadastros oficiais.

15.2 Constatada a existência de sanção impeditiva, o licitante será inabilitado.

15.3 O agente de contratação solicitará o envio dos documentos de habilitação por meio do sistema eletrônico, em formato digital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período.

15.4 A documentação enviada terá validade para todos os itens em que a empresa esteja participando, implicando plena aceitação das condições do edital e seus anexos. A autenticidade poderá ser verificada pela Administração.

15.5 Declarações exigidas e já preenchidas no sistema eletrônico serão consideradas válidas para fins de habilitação.

15.6 Certidões vencidas ou não apresentadas poderão ser verificadas em sítios eletrônicos oficiais, constituindo meio legal de prova.

15.7 O pregoeiro poderá utilizar documentos já disponíveis no sistema Licitanet, no SICAF ou em cadastro municipal, considerando-os válidos para habilitação.

15.8 Poderá ser solicitada complementação de informações sobre documentos apresentados, se necessário.



- 15.9 A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte será exigida apenas para a assinatura do contrato, conforme art. 42 da LC nº 123/2006.
- 15.10 As ME/EPP deverão apresentar toda a documentação exigida, mesmo que contenha restrições.
- 15.11 Havendo restrição na regularidade fiscal, será assegurado às ME/EPP o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, nos termos do art. 43 da LC nº 123/2006.
- 15.12 A não regularização implicará decadência do direito à contratação, facultando-se à Administração convocar os licitantes remanescentes ou revogar a licitação.
- 15.13 Sob pena de inabilitação, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz ou da filial, conforme o caso, admitindo-se exceções quando emitidos exclusivamente em nome da matriz.
- 15.14 Em caso de dúvida sobre a veracidade ou compatibilidade dos documentos, poderão ser solicitados complementares.
- 15.15 A Administração reserva-se o direito de verificar in loco as informações apresentadas.
- 15.16 Após aceitação e comprovação da documentação, o pregoeiro habilitará o licitante em campo próprio do sistema eletrônico.

## 16. Documentos para habilitação:

### 16.1 **Habilitação Jurídica:**

- 16.1.1 Registro comercial, no caso de empresa individual.
- 16.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias.
- 16.1.3 Inscrição do ato constitutivo no órgão competente, no caso de sociedades simples.
- 16.1.4 Documentos de eleição ou designação dos administradores, **quando aplicável**.
- 16.1.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

### 16.2 **Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- 16.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- 16.2.2 Certidão de regularidade perante a **Fazenda Federal, Estadual e Municipal**.
- 16.2.3 Inscrição municipal ou estadual.
- 16.2.4 Certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- 16.2.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

### 16.3 **Qualificação Técnica:**

- 16.3.1 Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), conforme a natureza dos serviços.
- 16.3.2 Atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços de engenharia similares ao objeto da licitação.
- 16.3.3 Indicação de responsável técnico devidamente registrado no CREA/CAU.

### 16.4 **Qualificação Econômico-Financeira:**

- 16.4.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa
- 16.4.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.



16.4.3 Índices de liquidez e solvência que comprovem a boa situação financeira da empresa, conforme critérios estabelecidos no edital.

**16.5 Declarações obrigatórias:**

16.5.1 Declaração de inexistência de fatos impeditivos à participação na licitação.

16.5.2 Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (não utilização de mão de obra infantil).

16.5.3 Declaração de que não possui impedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

**17. Dos Recursos:**

17.1 **Direito de recurso:** Os licitantes terão direito de interpor recurso contra decisões da Administração durante o processo licitatório, observando os prazos e condições estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

**17.2 Prazo para interposição:**

17.2.1 O prazo para interposição de recurso será de **três dias úteis**, contados a partir da data de publicação ou ciência da decisão.

17.2.2 O prazo para contrarrazões será igualmente de **três dias úteis**, contados da intimação do recurso.

**17.3 Forma de apresentação:**

17.3.1 Os recursos deverão ser apresentados exclusivamente por meio da plataforma eletrônica **Licitanet** (<https://www.licitanet.com.br>).

17.3.2 Alternativamente, poderão ser protocolados junto ao Departamento de Planejamento e Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, pelos canais oficiais: E-mail: [planejamento.semsapmvj@gmail.com](mailto:planejamento.semsapmvj@gmail.com) e E-mail: [cplsemsa@outlook.com](mailto:cplsemsa@outlook.com)

17.3.3 Endereço físico: **Rua Pedro Ladislau, nº 3511, bairro Prainha, Município de Vitória do Jari/AP, CEP 68924-000.**

**17.4 Julgamento dos recursos:**

17.4.1 Caberá ao **Agente de Contratação**, com apoio da Equipe de Apoio e do Departamento de Planejamento, receber e analisar os recursos interpostos.

17.4.2 A decisão será devidamente fundamentada e publicada na plataforma **Licitanet** e no **Portal da Transparência do Município**.

**17.5 Efeitos da decisão:**

17.5.1 O acolhimento do recurso implicará na correção do ato recorrido e na adoção das medidas necessárias para garantir a legalidade e a transparência do certame.

17.5.2 O indeferimento será devidamente fundamentado e não impedirá a continuidade do processo licitatório, salvo quando a decisão implicar alteração substancial do edital ou do julgamento.

**18 Celebração do Contrato:**

**18.1 Formalização:**

18.1.1 Após a homologação e adjudicação, será celebrado o **Contrato Administrativo** entre o Fundo Municipal de Saúde e a empresa vencedora.

18.1.2 A assinatura ocorrerá por meio da plataforma eletrônica **Licitanet**, com validade jurídica equivalente à assinatura física, conforme legislação vigente.

**18.2 Natureza do contrato:**





- 18.2.1 O contrato regerá a execução do objeto licitado, estabelecendo direitos e obrigações das partes.
- 18.2.2 O prazo de vigência será definido no edital e poderá ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**18.3 Convocação para assinatura:**

- 18.3.1 A empresa vencedora será convocada para assinar o contrato dentro do prazo estabelecido no edital.
- 18.3.2 O não comparecimento ou a recusa injustificada implicará na aplicação das penalidades previstas e na convocação do próximo licitante classificado.

**18.4 Publicidade:**

- 18.4.1 O contrato será publicado e registrado na plataforma <https://www.licitanet.com.br>, assegurando ampla divulgação e transparência e no portal de transparência do município.

**18.5 Efeitos jurídicos:**

- 18.5.1 A assinatura do contrato consolida a obrigação da empresa vencedora em executar o objeto licitado, conforme as condições estabelecidas no edital e seus anexos.
- 18.5.2 A Administração passa a ter o direito de exigir o cumprimento integral das obrigações assumidas, observando os prazos e condições pactuadas.

**19 Das Demais Regras:**

- 19.1 As regras sobre obrigações da contratada/contratante, prazos, locais de entrega, critérios de aceitação, prorrogação de prazo ou preços, normas específicas do contrato constam nos anexos do edital:

19.1.1 **Anexo I – Termo de Referência**

19.1.2 **Anexo II – Minuta do contrato**

- 19.2 Esses documentos integram o edital e devem ser observados integralmente pelos licitantes e pela futura contratada.

- 19.3 O descumprimento das regras implicará aplicação das penalidades cabíveis, conforme a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

**20 Garantias contratuais e penalidades:**

- 20.1 Em conformidade com os **artigos 96 a 102 da Lei nº 14.133/21**, a contratada deverá apresentar garantia contratual correspondente a até **5% do valor total do contrato**, podendo ser exigido percentual maior (até 10%) em casos de obras de grande vulto ou complexidade técnica.

**20.2 Formas de garantia admitidas pela lei:**

- 20.2.1 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública.
- 20.2.2 Seguro-garantia.
- 20.2.3 Fiança bancária.

**20.3 Finalidade da garantia contratual:**

- 20.3.1 Assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.
- 20.3.2 Cobrir eventuais prejuízos causados à Administração em razão de inadimplemento.
- 20.3.3 Garantir a execução de correções ou reparos necessários durante o prazo de responsabilidade técnica.

**20.4 Penalidades aplicáveis em caso de descumprimento contratual:**

- 20.4.1 Advertência formal.
- 20.4.2 Multa proporcional ao atraso ou à irregularidade, conforme previsto no contrato.
- 20.4.3 Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração.
- 20.4.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos da Lei nº 14.133/21.
- 20.4.5 Rescisão contratual, com execução da garantia e aplicação das sanções cabíveis.



20.5 A aplicação das penalidades observará o **devido processo administrativo**, assegurando à contratada o direito à ampla defesa e ao contraditório.

20.6 Essas garantias e penalidades asseguram que a obra seja executada com **responsabilidade, transparência e segurança jurídica**, protegendo o interesse público e garantindo a correta aplicação dos recursos municipais.

## 21 Recursos Orçamentários:

Órgão:	13	Fundo Municipal de Saúde
Ação:	10.301.0067. 1-023	Construção Reforma e ou/ Ampliação de Unidade Básica de Saúde
Natureza:	4.4.90.51.00.00	Outros serviços de terceiros
Fonte:	601	Obras e Instalações

## 22 Disposições Finais:

22.1 Observância da legislação: Este edital e o contrato dele decorrente obedecem integralmente às disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à Administração Pública.

22.2 Vinculação ao edital: O edital é a norma interna da licitação e vincula tanto a Administração quanto os licitantes, não sendo admitidas interpretações ou flexibilizações que contrariem suas disposições.

22.3 Casos omissos: Os casos omissos serão resolvidos pelo Agente de Contratação, com apoio da comissão de Planejamento, sempre em conformidade com a legislação vigente e os princípios da Administração Pública.

22.4 Foro competente: Fica eleito o foro da comarca de Vitória do Jari/AP para dirimir quaisquer questões oriundas deste edital e do contrato dele decorrente, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

22.5 Publicidade: Todas as decisões, atos e documentos relativos ao certame serão publicados na plataforma eletrônica Licitanet e no Portal da Transparência do Município, assegurando ampla divulgação e transparência.

22.6 Integração dos anexos: Os anexos que acompanham este edital integram-no para todos os efeitos legais, devendo ser observados pelos licitantes e pela Administração.

22.7 Princípios aplicados: Este processo licitatório observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, vinculação ao edital e julgamento objetivo, garantindo segurança jurídica e transparência.

Vitória do Jari/AP, xxx de xxxx de 2026

**Paulo Sérgio Pinheiro Dias**

Decreto nº 008/2025 GAB/PMVJ  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**Hanna Bárbara P. da Gama**

Decreto nº 229/2025 GAB/PMVJ  
Dir. De Planejamento e Orçamento  
Elaboração do edital



## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO  
Portaria de nº 320/2026 – GAB/SEMSA/PMVJ  
Data do TR 06 de Abril de 2026

#### **1. INTRODUÇÃO:**

- 1.1 O presente Termo de Referência é elaborado em conformidade com a **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública.
- 1.2 De acordo com o **artigo 6º, inciso XXIII**, da referida lei, o Termo de Referência constitui documento técnico indispensável para a contratação de obras, serviços e compras, devendo conter elementos que assegurem a definição precisa do objeto, a viabilidade da execução e a adequada solução para o interesse público.
- 1.3 **O Termo de Referência deve contemplar, entre outros aspectos:**
  - 1.3.1 A descrição detalhada do objeto da contratação;
  - 1.3.2 Os requisitos técnicos e operacionais necessários;
  - 1.3.3 O orçamento estimado, com base em preços referenciais oficiais;
  - 1.3.4 O cronograma físico-financeiro;
  - 1.3.5 As condições de execução e de fiscalização;
  - 1.3.6 Os critérios de medição e pagamento;
  - 1.3.7 As responsabilidades da contratada e da Administração;
- 1.4 A elaboração deste documento tem como finalidade garantir **planejamento adequado, transparência, eficiência e economicidade**, assegurando que a contratação atenda às necessidades da comunidade e esteja em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência prevista no artigo 37 da Constituição Federal.

#### **2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO:**

Unidade requisitante:	Coordenadora da atenção básica em saúde – Daniely Chaves de Almeida
Protocolo de nº:	737/2026 – FMS/SEMSA/PMVJ
Objeto para estudo técnico:	Contratação empresa especializada em serviços de engenharia para construção do ponto de atendimento na ilha dos Aruãs na zona rural do município de vitória jari/AP, em conformidade com as regras estabelecidas pela Lei nº 14.133/21 através da emenda parlamenta 1246516700015006.

#### **3. OS REQUISITOS TÉCNICOS E OPERACIONAIS NECESSÁRIOS:**

- 3.1 Em conformidade com o **artigo 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/21**, o Termo de Referência deve conter requisitos técnicos e operacionais que assegurem a execução adequada da obra e a plena funcionalidade da unidade de saúde após sua entrega.
- 3.2 **Requisitos técnicos:**
  - 3.2.1 Execução da obra conforme projetos básicos e executivos elaborados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura (arquitetônico, estrutural, elétrico, hidráulico e sanitário).
  - 3.2.2 Observância às normas técnicas da **ABNT**, da **Anvisa** e do **Ministério da Saúde**, garantindo segurança, acessibilidade e adequação sanitária.
  - 3.2.3 Utilização de materiais certificados e compatíveis com as especificações constantes nas planilhas de composição analítica.



- 3.2.4 Controle tecnológico da obra, incluindo ensaios de resistência de concreto, verificação de instalações elétricas e hidráulicas, e testes de funcionalidade.
- 3.2.5 Adoção de práticas sustentáveis, como redução de desperdícios, eficiência energética e durabilidade da construção.

### 3.3 Requisitos operacionais:

- 3.3.1 Cumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro, assegurando a entrega da obra dentro do período previsto.
  - 3.3.2 Disponibilidade de mão de obra qualificada, com profissionais habilitados e responsáveis técnicos registrados nos conselhos competentes (CREA/CAU).
  - 3.3.3 Gestão eficiente do canteiro de obras, garantindo segurança dos trabalhadores e minimizando impactos ambientais e sociais na comunidade.
  - 3.3.4 Transparência e rastreabilidade: manutenção de registros e relatórios periódicos de execução, permitindo fiscalização e acompanhamento pela Administração.
  - 3.3.5 Entrega da obra em condições plenas de uso, incluindo limpeza final, testes de sistemas e fornecimento de manual de operação das instalações.
- 3.4 Esses requisitos asseguram que a contratação seja **tecnicamente viável, operacionalmente eficiente e juridicamente adequada**, garantindo a qualidade da obra e a efetividade dos serviços de saúde a serem prestados à comunidade do Aruãns.

## 4. AS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO:

- 4.1 A execução da obra deverá observar rigorosamente os projetos básicos e executivos fornecidos pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, bem como as normas técnicas da **ABNT**, da **Anvisa** e do **Ministério da Saúde**, garantindo segurança, acessibilidade e adequação sanitária.

### 4.2 Condições de execução:

- 4.2.1 Mobilização de equipe técnica qualificada, com responsáveis registrados nos conselhos profissionais competentes (CREA/CAU).
- 4.2.2 Organização do canteiro de obras de forma a garantir segurança dos trabalhadores e minimizar impactos ambientais e sociais.
- 4.2.3 Cumprimento do cronograma físico-financeiro, com possibilidade de ajustes mediante autorização da Administração.
- 4.2.4 Utilização de materiais novos, certificados e compatíveis com as especificações técnicas do projeto.
- 4.2.5 Manutenção de registros atualizados das atividades executadas, incluindo diário de obras e relatórios fotográficos.

### 4.3 Condições de fiscalização:

- 4.3.1 A fiscalização será realizada pela **Secretaria Municipal de Infraestrutura**, responsável pelo acompanhamento técnico da obra.
- 4.3.2 A **Coordenação da Atenção Básica em Saúde** acompanhará a adequação da obra às necessidades funcionais da unidade.
- 4.3.3 Elaboração de **relatórios mensais de execução**, contendo informações sobre avanço físico, cumprimento de prazos e conformidade com especificações.
- 4.3.4 Realização de **auditorias internas e externas**, garantindo transparência e rastreabilidade dos recursos aplicados.
- 4.3.5 Emissão de notificações formais em caso de não conformidade, com aplicação das penalidades previstas em contrato, incluindo multas e possibilidade de rescisão.

- 4.4 Essas condições asseguram que a obra seja executada com qualidade técnica, dentro dos prazos estabelecidos e sob fiscalização contínua, garantindo a eficiência administrativa e a efetividade da política pública de saúde.



## 5. OS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

5.1 A medição da execução da obra será realizada com base no **cronograma físico-financeiro aprovado**, assegurando que os pagamentos correspondam às etapas efetivamente concluídas e verificadas pela fiscalização.

### 5.2 Critérios de medição:

- 5.2.1 As medições serão mensais, realizadas pela equipe de fiscalização da Secretaria Municipal de Infraestrutura.
- 5.2.2 Cada medição deverá ser acompanhada de relatório técnico, contendo registros fotográficos e descrição das atividades executadas.
- 5.2.3 A medição será validada somente após conferência da conformidade com os projetos e especificações técnicas.
- 5.2.4 Em caso de divergência ou não conformidade, a medição poderá ser glosada parcial ou totalmente, até que a contratada realize as correções necessárias.

5.3 Esses critérios asseguram que os recursos públicos sejam aplicados de forma **responsável, transparente e vinculados ao desempenho efetivo da contratada, garantindo a economicidade e a qualidade da obra.**

## 6. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO DE MATERIAS E VALOR MÉDIO:

6.1 A obra será executada em **estacadas de concreto armado, com piso de concreto até a fase de cerâmica**, e o restante da estrutura em **madeiras de lei**, garantindo durabilidade, resistência e adequação às condições locais da comunidade do Aruãns.

### 6.2 Principais materiais e insumos previstos:

- 6.2.1 **Estrutura de fundação e sustentação:** estacas de concreto armado, vigas e pilares.
- 6.2.2 **Piso:** concreto armado com acabamento em cerâmica de alta resistência.
- 6.2.3 **Estrutura complementar:** madeiras de lei para paredes, divisórias e cobertura.
- 6.2.4 **Cobertura:** telhas cerâmicas ou metálicas, madeiramento tratado e calhas.
- 6.2.5 **Instalações elétricas:** cabos, disjuntores, quadros de distribuição, luminárias LED.
- 6.2.6 **Instalações hidráulicas e sanitárias:** tubos PVC, conexões, caixas de inspeção, louças e metais sanitários.
- 6.2.7 **Acabamentos:** pintura acrílica, portas e janelas em madeira de lei, revestimentos cerâmicos em áreas molhadas.
- 6.2.8 **Equipamentos complementares:** mobiliário básico, bancadas, lavatórios e itens de acessibilidade (corrimãos, rampas).

### 6.3 Estimativa de valor médio da obra:

- 6.3.1 O custo total estimado da obra é de **R\$ 799.632,00 (setecentos e noventa e nove mil, seiscentos e trinta e dois reais).**
- 6.3.2 Esse valor foi calculado com base em composições analíticas de preços unitários, considerando mão de obra, materiais, equipamentos e encargos sociais, utilizando referenciais oficiais como **SINAPI, SICRO3, ORSE, SEDOP, SEINFRA e SETOP.**
- 6.3.3 Foi considerada uma **reserva técnica de 5%** para absorver eventuais variações de preços ou adequações necessárias durante a execução.

6.4 Essa estimativa assegura que a contratação seja **financeiramente viável, tecnicamente adequada e juridicamente respaldada**, garantindo transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

## 7. CAUÇÃO E GARANTIA DA OBRA:

7.1 Para assegurar a seriedade da proposta e a execução integral da obra, serão exigidas garantias conforme os artigos **96 a 102 da Lei nº 14.133/21.**

### 7.2 Garantia da execução da obra:





- 7.2.1 A contratada deverá apresentar garantia contratual correspondente a até **5% do valor total do contrato**, podendo chegar a **10%** em casos de obras de grande vulto ou alta complexidade técnica.

**7.3 Formas admitidas:**

- 7.3.1 Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.  
7.3.2 Seguro-garantia.  
7.3.3 Fiança bancária.

7.4 A garantia da execução terá como finalidade assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, cobrir eventuais prejuízos causados à Administração e garantir a execução de reparos ou correções necessárias.

7.5 A garantia poderá ser executada pela Administração em caso de inadimplemento, descumprimento contratual ou rescisão motivada.

7.6 A exigência de caução e garantias reforça a **responsabilidade da contratada**, assegurando que a obra seja concluída com qualidade e que os recursos públicos sejam protegidos contra riscos de execução.

**8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

8.1 A empresa contratada deverá cumprir integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e no contrato administrativo, observando as normas técnicas aplicáveis e a legislação vigente.

**8.2 Principais obrigações:**

- 8.2.1 Executar a obra conforme os projetos básicos e executivos fornecidos pela Administração, respeitando normas da **ABNT, Anvisa e Ministério da Saúde**.  
8.2.2 Mobilizar equipe técnica qualificada, incluindo engenheiro responsável registrado no **CREA/CAU**, e manter profissionais habilitados durante toda a execução.  
8.2.3 Fornecer todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários, garantindo que sejam novos, certificados e compatíveis com as especificações técnicas.  
8.2.4 Cumprir rigorosamente o **cronograma físico-financeiro**, comunicando previamente qualquer necessidade de ajuste.  
8.2.5 Manter o canteiro de obras organizado, com medidas de segurança do trabalho e proteção ambiental, em conformidade com a legislação vigente.  
8.2.6 Elaborar e entregar **relatórios periódicos de execução**, incluindo diário de obras e registros fotográficos, para acompanhamento da fiscalização.  
8.2.7 Garantir a integridade da obra até a entrega definitiva, responsabilizando-se por eventuais danos ou defeitos decorrentes da execução.  
8.2.8 Atender prontamente às notificações da fiscalização, realizando correções e ajustes necessários sem ônus adicional para a Administração.  
8.2.9 Assegurar a limpeza final da obra e entregar a unidade em condições plenas de uso, incluindo testes de sistemas e fornecimento de manual de operação das instalações.  
8.2.10 Cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e de segurança, não transferindo à Administração qualquer responsabilidade sobre sua equipe.

8.3 O descumprimento das obrigações poderá ensejar aplicação de penalidades previstas na **Lei nº 14.133/21** e no contrato, incluindo multas, suspensão de participação em licitações e eventual rescisão contratual.

**9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

9.1 A Administração Pública, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura e da Secretaria Municipal de Saúde, deverá cumprir as seguintes obrigações para assegurar a execução adequada da obra:

**9.2 Principais obrigações:**

- 9.2.1 Fornecer à contratada os projetos básicos e executivos, bem como todas as informações técnicas necessárias para a execução da obra.



- 9.2.2 Designar equipe de fiscalização composta por profissionais habilitados, responsáveis pelo acompanhamento técnico e administrativo da execução.
- 9.2.3 Realizar medições periódicas da obra, validando o avanço físico e autorizando os pagamentos conforme o cronograma físico-financeiro.
- 9.2.4 Emitir relatórios de fiscalização, registrando conformidades e não conformidades, e notificando a contratada em caso de irregularidades.
- 9.2.5 Garantir a liberação dos recursos financeiros conforme previsto no orçamento e cronograma, desde que cumpridas as condições contratuais.
- 9.2.6 Promover reuniões de acompanhamento com a contratada, visando alinhar prazos, corrigir desvios e assegurar a qualidade da obra.
- 9.2.7 Cumprir com suas responsabilidades administrativas e legais, não transferindo à contratada encargos que sejam de competência exclusiva da Administração.
- 9.2.8 Receber a obra em caráter provisório e definitivo, após verificação da conformidade com os projetos e especificações técnicas.

9.3 Essas obrigações asseguram que a Administração exerça seu papel de **planejamento, controle e fiscalização**, garantindo transparência, eficiência e qualidade na aplicação dos recursos públicos.

#### **10. GESTOR DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO:**

10.1 **Designação formal:** Em conformidade com o artigo 117 da Lei nº 14.133/21, a Administração deverá designar formalmente um **gestor do contrato** e fiscais técnicos e administrativos, responsáveis pelo acompanhamento da execução e pela verificação do cumprimento das obrigações da contratada.

##### **10.2 Gestor do contrato:**

- 10.2.1 Será designado pela **Autoridade Competente**, em conjunto com a **Secretaria Municipal de Infraestrutura**.
- 10.2.2 Responsável por acompanhar a execução global do contrato, garantindo que os serviços sejam prestados conforme o objeto definido no Termo de Referência.
- 10.2.3 Deverá manter comunicação direta com a contratada, registrando todas as ocorrências relevantes e propondo soluções para eventuais problemas.
- 10.2.4 Responsável pela análise e validação das medições e pela autorização dos pagamentos, conforme cronograma físico-financeiro.

##### **10.3 Fiscalização técnica:**

- 10.3.1 Será exercida por engenheiros e arquitetos da **Secretaria Municipal de Infraestrutura**.
- 10.3.2 Responsável por verificar a conformidade da obra com os projetos básicos e executivos, normas técnicas e especificações contratuais.
- 10.3.3 Deverá elaborar relatórios periódicos de fiscalização, incluindo registros fotográficos e medições físicas da obra.
- 10.3.4 Competirá à fiscalização técnica notificar a contratada em caso de irregularidades e acompanhar a execução das correções necessárias.

##### **10.4 Fiscalização administrativa:**

- 10.4.1 Será exercida por servidores designados pela **Secretaria Municipal de Saúde**.
- 10.4.2 Responsável por acompanhar aspectos administrativos, financeiros e documentais da execução contratual.



- 10.4.3 Deverá verificar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, bem como o cumprimento das obrigações acessórias.

10.5 **Atuação conjunta:** A atuação integrada do gestor e dos fiscais assegura que a execução do contrato seja realizada com **transparência, eficiência e conformidade legal**, garantindo a correta aplicação dos recursos públicos e a entrega da unidade de saúde em condições plenas de uso.

## 11. **PRAZO DE ENTREGA:**

### 11.1 **Prazo de execução da obra:**

- 11.1.1 O prazo de execução da obra será de **180 (cento e oitenta) dias corridos**, contados a partir da emissão da **Ordem de Serviço** pela Administração.

### 11.2 **Esse prazo foi definido considerando:**

- 11.2.1 A complexidade da obra, que envolve fundações em estacas de concreto armado, pisa em concreto até a fase de cerâmica e estrutura complementar em madeiras de lei.  
11.2.2 As condições climáticas da região, que podem impactar o andamento dos serviços.  
11.2.3 A necessidade de garantir qualidade técnica e segurança na execução, sem comprometer a durabilidade da construção.

### 11.3 **O cronograma físico-financeiro deverá detalhar as etapas da obra, incluindo:**

- 11.3.1 **Mobilização e instalação do canteiro de obras.**  
11.3.2 **Execução das fundações e estrutura de concreto armado.**  
11.3.3 **Construção dos pisos e revestimentos cerâmicos.**  
11.3.4 **Montagem da estrutura em madeira de lei e cobertura.**  
11.3.5 **Execução das instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias.**  
11.3.6 **Acabamentos e pintura.**  
11.3.7 **Limpeza final e entrega da obra.**

11.4 O prazo poderá ser prorrogado em casos excepcionais, devidamente justificados e autorizados pela Administração, conforme previsto na **Lei nº 14.133/21**.

11.5 O cumprimento do prazo é condição essencial para a liberação dos pagamentos e para a aceitação definitiva da obra.

## 12. **CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DA OBRA:**

12.1 O recebimento da obra será realizado em duas etapas: **provisória e definitiva**, conforme os artigos 140 e 141 da Lei nº 14.133/21.

### 12.2 **Recebimento provisório:**

- 12.2.1 Será efetuado pela equipe de fiscalização da Secretaria Municipal de Infraestrutura, após a conclusão física da obra.  
12.2.2 Consistirá na verificação da conformidade da execução com os projetos, especificações técnicas e condições contratuais.  
12.2.3 Será emitido **termo de recebimento provisório**, permitindo o uso inicial da unidade, mas condicionando a correção de eventuais pendências.  
12.2.4 A contratada deverá apresentar manual de operação das instalações, certificados de garantia dos materiais e relatório final da execução.

### 12.3 **Recebimento definitivo:**

- 12.3.1 Será realizado após o prazo de observação e testes de funcionamento, garantindo que não haja vícios ou defeitos aparentes.  
12.3.2 A Administração verificará se todas as pendências apontadas no recebimento provisório foram devidamente corrigidas.



- 12.3.3 Será emitido **termo de recebimento definitivo**, atestando que a obra está em condições plenas de uso e que a contratada cumpriu integralmente suas obrigações.
- 12.3.4 O último pagamento somente será autorizado após a emissão do termo de recebimento definitivo.
- 12.3.5 O recebimento provisório e definitivo assegura que a obra seja entregue com **qualidade, segurança e funcionalidade**, garantindo que os recursos públicos sejam aplicados de forma eficiente e que a comunidade do Aruãs receba uma unidade de saúde plenamente operacional.

### **13. GARANTIAS CONTRATUAIS E PENALIDADES:**

13.1 Em conformidade com os **artigos 96 a 102 da Lei nº 14.133/21**, a contratada deverá apresentar garantia contratual correspondente a até **5% do valor total do contrato**, podendo ser exigido percentual maior (até 10%) em casos de obras de grande vulto ou complexidade técnica.

#### **13.2 Formas de garantia admitidas pela lei:**

- 13.2.1 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública.
- 13.2.2 Seguro-garantia.
- 13.2.3 Fiança bancária.

#### **13.3 Finalidade da garantia contratual:**

- 13.3.1 Assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.
- 13.3.2 Cobrir eventuais prejuízos causados à Administração em razão de inadimplemento.
- 13.3.3 Garantir a execução de correções ou reparos necessários durante o prazo de responsabilidade técnica.

#### **13.4 Penalidades aplicáveis em caso de descumprimento contratual:**

- 13.4.1 Advertência formal.
- 13.4.2 Multa proporcional ao atraso ou à irregularidade, conforme previsto no contrato.
- 13.4.3 Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração.
- 13.4.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos da Lei nº 14.133/21.
- 13.4.5 Rescisão contratual, com execução da garantia e aplicação das sanções cabíveis.

13.5 A aplicação das penalidades observará o **devido processo administrativo**, assegurando à contratada o direito à ampla defesa e ao contraditório.

13.6 Essas garantias e penalidades asseguram que a obra seja executada com **responsabilidade, transparência e segurança jurídica**, protegendo o interesse público e garantindo a correta aplicação dos recursos municipais.

### **14. DA SUBCONTRATAÇÃO:**

14.1 A subcontratação somente será admitida quando previamente autorizada pela Administração, conforme previsto no **artigo 72 da Lei nº 14.133/21**, e desde que não comprometa a execução do objeto principal do contrato.

#### **14.2 Regras para subcontratação:**

- 14.2.1 A contratada deverá solicitar autorização formal à Administração, indicando a empresa subcontratada, sua qualificação técnica e a parte da obra a ser executada.
- 14.2.2 A subcontratação não poderá ultrapassar **30% do valor total do contrato**, salvo exceções devidamente justificadas e autorizadas.
- 14.2.3 A contratada permanecerá **integralmente responsável** pela execução da obra, inclusive pelas atividades realizadas pela subcontratada.
- 14.2.4 A subcontratada deverá atender às mesmas exigências técnicas, legais e administrativas aplicáveis à contratada, incluindo regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.
- 14.2.5 Não será admitida a subcontratação de atividades essenciais, como fundações, estrutura de concreto armado e instalações críticas (elétricas e hidráulicas).

#### **14.3 Responsabilidade da contratada:**



- 13.1 A contratada responderá solidariamente com a subcontratada por quaisquer falhas, vícios ou descumprimentos.
- 13.2 Eventuais penalidades decorrentes da má execução da obra serão aplicadas diretamente à contratada, sem prejuízo de responsabilização da subcontratada.
- 13.3 Essa regra assegura que a subcontratação seja utilizada apenas como instrumento de apoio, sem comprometer a qualidade, a segurança e a responsabilidade da obra, garantindo a correta aplicação dos recursos públicos.

#### **14 VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

14.1 **Disposição legal:** A vigência do contrato obedecerá ao disposto no **artigo 107 da Lei nº 14.133/21**, que estabelece que os contratos terão prazo de vigência compatível com a natureza e a complexidade do objeto, podendo ser prorrogados nos termos da lei.

##### **14.2 Prazo de vigência:**

- 14.2.1 O prazo de vigência será definido no edital e no instrumento contratual, observando a necessidade da Administração e a disponibilidade orçamentária.
- 14.2.2 Durante o período de vigência, a contratada deverá executar integralmente o objeto, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e no contrato.

##### **14.3 Distinção entre vigência e execução:**

- 14.3.1 A vigência do contrato corresponde ao período em que o instrumento contratual permanece válido.
- 14.3.2 O prazo de execução corresponde ao tempo necessário para a realização da obra ou serviço, conforme cronograma físico-financeiro aprovado.

##### **14.4 Prorrogação:**

- 14.4.1 O contrato poderá ser prorrogado, mediante justificativa da Administração, nas hipóteses previstas no art. 107, §4º da Lei nº 14.133/21, como:
- 14.4.2 Alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica.
- 14.4.3 Superveniência de fato excepcional ou imprevisível.
- 14.4.4 Interrupção da execução por ordem da Administração.
- 14.4.5 Aumento quantitativo do objeto dentro dos limites legais.

##### **14.5 Encerramento:**

- 14.5.1 Findo o prazo de vigência, o contrato perderá sua validade, não sendo admitida a execução de novas obrigações, salvo se houver prorrogação autorizada nos termos da lei.
- 14.5.2 A Administração deverá providenciar a rescisão ou encerramento formal, com registro em ata e publicação oficial.

##### **14.6 Prazo definido:**

- 14.6.1 **Data de início da vigência:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ e  
**Data de término da vigência:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

#### **15 ADESÃO DE OUTROS ÓRGÃOS:**

15.1 **Possibilidade de utilização do contrato:** O contrato celebrado pelo Município de Vitória do Jari/AP poderá ser utilizado por outros órgãos ou entidades da Administração Pública que manifestem interesse, conforme previsto no **artigo 86 da Lei nº 14.133/21**.

##### **15.2 Regras para adesão:**





- 15.2.1 A adesão deverá ser previamente autorizada pelo órgão contratante (Município de Vitória do Jari/AP).
- 15.2.2 O órgão interessado deverá formalizar sua intenção de adesão, indicando os quantitativos e condições desejadas.
- 15.2.3 A contratada poderá aceitar ou recusar a adesão, desde que apresente justificativa plausível.
- 15.2.4 A adesão não poderá ultrapassar os limites de quantitativos e condições estabelecidos no contrato original, garantindo viabilidade da execução.
- 15.2.5 O órgão aderente será responsável pela gestão e fiscalização do contrato decorrente da adesão, sem transferir responsabilidades ao órgão contratante.

#### 15.3 Responsabilidade da contratada:

- 15.3.1 A contratada deverá assegurar o fornecimento dos bens ou serviços ao órgão aderente, nas mesmas condições de preço, qualidade e prazo estabelecidas no contrato original.
- 15.3.2 Eventuais descumprimentos serão tratados diretamente entre o órgão aderente e a contratada, sem prejuízo das penalidades previstas em lei.

#### 15.4 Finalidade da regra:

- 15.4.1 Essa regra assegura que o contrato seja utilizado como instrumento de **planejamento, economicidade e eficiência**, permitindo que outros órgãos públicos se beneficiem das condições pactuadas, sem comprometer a execução principal.

### 16 AJUSTE DE PREÇO E PRAZO:

- 16.1 O contrato poderá sofrer **ajuste de preço e prazo** em casos devidamente justificados e autorizados pela Administração, observando os princípios da legalidade, economicidade e eficiência.

#### 16.2 Ajuste de preço:

- 16.2.1 Admitido em situações de comprovada variação de custos de insumos, materiais ou mão de obra, que impactem diretamente a execução da obra.
- 16.2.2 O reajuste deverá observar os índices oficiais de referência, como **SINAPI, SICRO3, ORSE, SEDOP, SEINFRA e SETOP**, ou outro índice setorial aplicável.
- 16.2.3 Qualquer solicitação de reajuste deverá ser formalizada pela contratada, acompanhada de documentação comprobatória e submetida à análise da Administração.
- 16.2.4 Não será admitido reajuste retroativo ou sem fundamentação técnica e legal.

#### 16.3 Ajuste de prazo:

- 16.3.1 Admitido em casos de força maior, condições climáticas adversas, greves gerais, ou outros fatores alheios à vontade da contratada que inviabilizem o cumprimento do cronograma.
- 16.3.2 Também poderá ser concedido em razão de alterações de projeto ou de serviços adicionais solicitados pela Administração.
- 16.3.3 A solicitação de prorrogação deverá ser formalizada pela contratada, devidamente justificada e acompanhada de relatório técnico.
- 16.3.4 A Administração avaliará a pertinência e decidirá sobre a concessão, mediante termo aditivo contratual.
- 16.3.5 Tanto o ajuste de preço quanto o de prazo deverão ser formalizados por meio de **termo aditivo**, devidamente publicado e registrado, garantindo transparência e segurança jurídica.

- 16.4 Essas regras asseguram que o contrato mantenha seu equilíbrio econômico-financeiro e que a execução da obra seja concluída com qualidade, mesmo diante de imprevistos ou variações de mercado.

### 17 DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO:

#### 17.1 Documentos para habilitação:



#### 17.2 Habilitação Jurídica:

- 17.2.1 Registro comercial, no caso de empresa individual.
- 17.2.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias.
- 17.2.3 Inscrição do ato constitutivo no órgão competente, no caso de sociedades simples.
- 17.2.4 Documentos de eleição ou designação dos administradores, **quando aplicável**.
- 17.2.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

#### 17.3 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 17.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- 17.3.2 Certidão de regularidade perante a **Fazenda Federal, Estadual e Municipal**.
- 17.3.3 Inscrição municipal ou estadual.
- 17.3.4 Certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- 17.3.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

#### 17.4 Qualificação Técnica:

- 17.4.1 Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), conforme a natureza dos serviços.
- 17.4.2 Atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços de engenharia similares ao objeto da licitação.
- 17.4.3 Indicação de responsável técnico devidamente registrado no CREA/CAU.

#### 17.5 Qualificação Econômico-Financeira:

- 17.5.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa
- 17.5.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.
- 17.5.3 Índices de liquidez e solvência que comprovem a boa situação financeira da empresa, conforme critérios estabelecidos no edital.

#### 17.6 Declarações obrigatórias:

- 17.6.1 Declaração de inexistência de fatos impeditivos à participação na licitação.
- 17.6.2 Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (não utilização de mão de obra infantil).
- 17.6.3 Declaração de que não possui impedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

### 18 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Órgão:	13	Fundo Municipal de Saúde
Ação:	10.301.0067. 1-023	Construção Reforma e ou/ Ampliação de Unidade Básica de Saúde
Natureza:	4.4.90.51.00.00	Outros serviços de terceiros



---

Fonte: 601 Obras e Instalações

---

## 19 DECISÃO FINAL:

- 19.1 O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021**, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- 19.2 Os casos omissos ou situações não previstas neste documento serão resolvidos pela Administração, com base na legislação vigente e nas normas técnicas aplicáveis.
- 19.3A contratada deverá cumprir integralmente todas as obrigações estabelecidas, sob pena de aplicação das sanções previstas em lei e no contrato.
- 19.4 A Administração se reserva o direito de realizar auditorias, inspeções e verificações adicionais durante toda a execução da obra, visando assegurar a correta aplicação dos recursos públicos.
- 19.5 Este Termo de Referência constitui parte integrante do edital e do contrato administrativo, prevalecendo sobre quaisquer documentos complementares em caso de divergência.
- 19.6O foro competente para dirimir eventuais questões oriundas da execução do contrato será o da comarca de Vitória do Jari/AP, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## 20. ASSINATURA:

**Hanna Bárbara P. Da Gama**

Presidente da Comissão de Planejamento  
Portaria de nº 320/2026 – GAB/SEMSA/PMVJ

**Hemerson Brito de Souza**

Secretário da Comissão de Planejamento  
Portaria de nº 320/2026 – GAB/SEMSA/PMVJ

**Daniely Chaves de Almeida**

Membro da Comissão de Planejamento  
Portaria de nº 320/2026 – GAB/SEMSA/PMVJ



## Anexo II

### MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

#### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 737/2026 – FMS/SEMSA/PMVJ

Termo de contrato de prestação de serviços de engenharia para construção de um ponto de atendimento na ilha dos Aruãs, para atender as demandas da atenção básica em saúde conforme emenda parlamentar de nº 1246516700015006 na rural do município de vitória do Jari/AP, que entre si celebram o fundo municipal de saúde FMS/SEMSA/PMVJ, e a empresa \_\_\_\_\_ conforme as especificações, condições e demais elementos técnicos estabelecidos no projeto básico e seus anexos neste instrumento.

O Município de Vitória do Jari/AP, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS/SEMSA/PMV pessoa jurídica de direito publico interno inscrito no CNPJ/MF nº 12.456.167/0001-40, com sede administrativa na Rua Pedro Ladislau, nº 3511, bairro Prainha do Município de Vitória do Jari/AP, doravante simplesmente **DENOMINADO CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde o Sr. Paulo Sergio Pinheiro Dias nomeado pelo decreto de nº 008/2025-GAB/PMVJ, no uso de suas atribuições legais, E de outro lado a empresa xxxxxxxx, inscrito no CNPJ de nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na xxxxxxxxxxxx, nº xxxx, bairro xxxxx, do município de xxxxx/xx, representada pelo seu **Sócio administrador/representante legal, Sr. xxxxxxxxxxxx**, simplesmente **DENOMINADA CONTRATADA**, conforme atos constitutivos apresentados nos autos,

Têm entre si, justo e contratado, o presente TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DO PONTO DE ATENDIMENTO NA ILHA DOS ARUÃS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA JARI/AP, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA PARLAMENTAR 1246516700015006, com fundamento no processo administrativo de nº 737/2026-FMS/SEMSA/PMVJ, no estudo técnico preliminar-ETP, termo de referencia -TR, Projeto Básico, planilhas orçamentárias elaboradas pelo SEMINFRA, e em observância às disposições da lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais normais aplicáveis às contratações publicas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 O presente instrumento e a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para **construção de um Ponto de Atendimento na Ilha dos Aruãs na zona rural do município de Vitória do Jari/AP**, conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência, projetos básicos e executivos, edital e proposta vencedora.
- 1.2 Este termo de contrato vincula-se ao projeto básico e seus anexos, bem como á proposta vencedora, todos os integrantes do processo administrativo nº 737/2026 – FMS/SEMSA/PMVJ, indepedentemente de transcrição.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

- 2.1 O presente contrato fundamenta-se na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação no âmbito da Administração Pública.
- 2.2 Aplicam-se, ainda, as disposições complementares previstas em legislações correlatas, incluindo:
  - 2.2.1 Constituição Federal, especialmente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
  - 2.2.2 Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), quanto à observância da responsabilidade na gestão fiscal e execução orçamentária.
  - 2.2.3 Normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais regulamentos aplicáveis à execução de obras e serviços de engenharia.
  - 2.2.4 Legislação trabalhista, previdenciária, ambiental e de segurança do trabalho, aplicáveis à execução



contratual.

2.3 Integra este contrato, para todos os efeitos legais, o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Termo de Referência (TR), o Projeto Básico, as planilhas orçamentárias elaboradas pela SEMINFRA, bem como o edital e a proposta vencedora, todos constantes do processo administrativo nº 737/2026 – FMS/SEMSA/PMVJ.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 A empresa contratada deverá cumprir integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e no contrato administrativo, observando as normas técnicas aplicáveis e a legislação vigente.

#### 3.2 Principais obrigações:

- 3.2.1 Executar a obra conforme os projetos básicos e executivos fornecidos pela Administração, respeitando normas da **ABNT, Anvisa e Ministério da Saúde**.
- 3.2.2 Mobilizar equipe técnica qualificada, incluindo engenheiro responsável registrado no **CREA/CAU**, e manter profissionais habilitados durante toda a execução.
- 3.2.3 Fornecer todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários, garantindo que sejam novos, certificados e compatíveis com as especificações técnicas.
- 3.2.4 Cumprir rigorosamente o **cronograma físico-financeiro**, comunicando previamente qualquer necessidade de ajuste.
- 3.2.5 Manter o canteiro de obras organizado, com medidas de segurança do trabalho e proteção ambiental, em conformidade com a legislação vigente.
- 3.2.6 Elaborar e entregar **relatórios periódicos de execução**, incluindo diário de obras e registros fotográficos, para acompanhamento da fiscalização.
- 3.2.7 Garantir a integridade da obra até a entrega definitiva, responsabilizando-se por eventuais danos ou defeitos decorrentes da execução.
- 3.2.8 Atender prontamente às notificações da fiscalização, realizando correções e ajustes necessários sem ônus adicional para a Administração.
- 3.2.9 Assegurar a limpeza final da obra e entregar a unidade em condições plenas de uso, incluindo testes de sistemas e fornecimento de manual de operação das instalações.
- 3.2.10 Cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e de segurança, não transferindo à Administração qualquer responsabilidade sobre sua equipe.

3.3 O descumprimento das obrigações poderá ensejar aplicação de penalidades previstas na **Lei nº 14.133/21** e no contrato, incluindo multas, suspensão de participação em licitações e eventual rescisão contratual.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 A Administração Pública, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura e da Secretaria Municipal de Saúde, deverá cumprir as seguintes obrigações para assegurar a execução adequada da obra:

#### 4.2 Principais obrigações:

- 4.2.1 Fornecer à contratada os projetos básicos e executivos, bem como todas as informações técnicas necessárias para a execução da obra.
- 4.2.2 Designar equipe de fiscalização composta por profissionais habilitados, responsáveis pelo acompanhamento técnico e administrativo da execução.
- 4.2.3 Realizar medições periódicas da obra, validando o avanço físico e autorizando os pagamentos conforme o cronograma físico-financeiro.
- 4.2.4 Emitir relatórios de fiscalização, registrando conformidades e não conformidades, e notificando a contratada em caso de irregularidades.





- 4.2.5 Garantir a liberação dos recursos financeiros conforme previsto no orçamento e cronograma, desde que cumpridas as condições contratuais.
  - 4.2.6 Promover reuniões de acompanhamento com a contratada, visando alinhar prazos, corrigir desvios e assegurar a qualidade da obra.
  - 4.2.7 Cumprir com suas responsabilidades administrativas e legais, não transferindo à contratada encargos que sejam de competência exclusiva da Administração.
  - 4.2.8 Receber a obra em caráter provisório e definitivo, após verificação da conformidade com os projetos e especificações técnicas.
- 4.3 Essas obrigações asseguram que a Administração exerça seu papel de **planejamento, controle e fiscalização**, garantindo transparência, eficiência e qualidade na aplicação dos recursos públicos.

## 5. CLÁUSULA QUINTA - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

- 5.1 A medição da execução da obra será realizada com base no cronograma físico-financeiro aprovado, assegurando que os pagamentos correspondam às etapas efetivamente concluídas e verificadas pela fiscalização.
- 5.2 **Crêterios de medição:**
- 5.2.1 As medições serão mensais, realizadas pela equipe de fiscalizaçãõ da Secretaria Municipal de Infraestrutura.
  - 5.2.2 Cada medição deverá ser acompanhada de relatório técnico, contendo registros fotogrâficos e descrição das atividades executadas.
  - 5.2.3 A medição será validada somente após conferência da conformidade com os projetos e especificações técnicas.
  - 5.2.4 Em caso de divergência ou não conformidade, a medição poderá ser glosada parcial ou totalmente, até que a contratada realize as correções necessárias.
- 5.3 Esses critérios asseguram que os recursos públicos sejam aplicados de forma responsável, transparente e vinculados ao desempenho efetivo da contratada, garantindo a economicidade e a qualidade da obra.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- 6.1 **Crêterios de pagamento:**
- 6.1.1 Os pagamentos serão efetuados em parcelas proporcionais ao avanço físico da obra, conforme medições aprovadas.
  - 6.1.2 O desembolso financeiro estará condicionado à apresentação de notas fiscais regulares e à comprovação da execução dos serviços.
  - 6.1.3 Não será admitido pagamento antecipado, salvo hipóteses previstas em lei e devidamente justificadas.
  - 6.1.4 Em caso de atraso ou descumprimento contratual, poderão ser aplicadas penalidades, incluindo retenção de valores até a regularização da situação.
- 6.2 **Forma de Pagamento:**
- 6.2.1 Os pagamentos à Contratada serão efetuados em moeda corrente nacional (Real – R\$), mediante apresentação da nota fiscal eletrônica correspondente, devidamente atestada pelo gestor e fiscal do contrato.
  - 6.2.2 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária em conta corrente de titularidade da empresa contratada.
- 6.3 **Prazo de Pagamento:**
- 6.3.1 O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados da data de atesto da nota fiscal pela fiscalização da Contratante, conforme previsto no art. 145 da Lei nº 14.133/2021.



6.3.2 Em caso de atraso por parte da Administração, incidirão correções e encargos previstos na legislação vigente.

**6.4 Condições para Liberação do Pagamento:**

6.4.1 O pagamento estará condicionado à:

- a) Execução integral e satisfatória dos serviços de engenharia, conforme cronograma físico-financeiro.
- b) Apresentação da nota fiscal eletrônica acompanhada da medição aprovada e ordem de serviço/autorização de execução.
- c) Manutenção da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada durante toda a vigência contratual.

**6.5 Parcelamento dos Pagamentos:**

6.5.1 Os pagamentos serão realizados de forma parcelada, conforme a execução das etapas da obra e medições periódicas aprovadas pela fiscalização, em consonância com o cronograma físico-financeiro.

**6.6 Retenção de Tributos e Encargos:**

6.6.1 Serão efetuadas as retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação vigente, cabendo à Contratada a responsabilidade pelo recolhimento dos demais encargos incidentes sobre a execução contratual.

6.7 O último pagamento somente será realizado após a entrega definitiva da obra, incluindo limpeza final, testes de sistemas e emissão do termo de recebimento definitivo.

**7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

**7.1 Critérios de pagamento:**

- 7.1.1 Os pagamentos serão efetuados em parcelas proporcionais ao avanço físico da obra, conforme medições aprovadas.
- 7.1.2 O desembolso financeiro estará condicionado à apresentação de notas fiscais regulares e à comprovação da execução dos serviços.
- 7.1.3 Não será admitido pagamento antecipado, salvo hipóteses previstas em lei e devidamente justificadas.
- 7.1.4 Em caso de atraso ou descumprimento contratual, poderão ser aplicadas penalidades, incluindo retenção de valores até a regularização da situação.

**7.2 Forma de Pagamento:**

- 7.2.1 Os pagamentos à Contratada serão efetuados em moeda corrente nacional (Real – R\$), mediante apresentação da nota fiscal eletrônica correspondente, devidamente atestada pelo gestor e fiscal do contrato.
- 7.2.2 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária em conta corrente de titularidade da empresa contratada.

**7.3 Prazo de Pagamento:**

- 7.3.1 O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados da data de atesto da nota fiscal pela fiscalização da Contratante, conforme previsto no art. 145 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.3.2 Em caso de atraso por parte da Administração, incidirão correções e encargos previstos na legislação vigente.

**7.4 Condições para Liberação do Pagamento:**

7.4.1 O pagamento estará condicionado à:

- d) Execução integral e satisfatória dos serviços de engenharia, conforme cronograma físico-financeiro.



- e) Apresentação da nota fiscal eletrônica acompanhada da medição aprovada e ordem de serviço/autorização de execução.
- f) Manutenção da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada durante toda a vigência contratual.

**7.5 Parcelamento dos Pagamentos:**

- 7.5.1 Os pagamentos serão realizados de forma parcelada, conforme a execução das etapas da obra e medições periódicas aprovadas pela fiscalização, em consonância com o cronograma físico-financeiro.

**7.6 Retenção de Tributos e Encargos:**

- 7.6.1 Serão efetuadas as retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação vigente, cabendo à Contratada a responsabilidade pelo recolhimento dos demais encargos incidentes sobre a execução contratual.

- 7.7 O último pagamento somente será realizado após a entrega definitiva da obra, incluindo limpeza final, testes de sistemas e emissão do termo de recebimento definitivo.

**8. CLAUSULA SÉTIMA - CAUÇÃO E GARANTIA DA OBRA:**

- 8.1 Para assegurar a seriedade da proposta e a execução integral da obra, serão exigidas garantias conforme os artigos 96 a 102 da Lei nº 14.133/21.

**8.2 Garantia da execução da obra:**

- 8.2.1 A contratada deverá apresentar garantia contratual correspondente a até **5% do valor total do contrato**, podendo chegar a 10% em casos de obras de grande vulto ou alta complexidade técnica.

**8.3 Formas admitidas:**

- 8.3.1 Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.
- 8.3.2 Seguro-garantia.
- 8.3.3 Fiança bancária.

- 8.4 A garantia da execução terá como finalidade assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, cobrir eventuais prejuízos causados à Administração e garantir a execução de reparos ou correções necessárias.

- 8.5 A garantia poderá ser executada pela Administração em caso de inadimplemento, descumprimento contratual ou rescisão motivada.

- 8.6 A exigência de caução e garantias reforça a **responsabilidade da contratada**, assegurando que a obra seja concluída com qualidade e que os recursos públicos sejam protegidos contra riscos de execução.

**9. CLÁUSULA OITAVA - GESTOR DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO:**

- 9.1 **Designação formal:** Em conformidade com o artigo 117 da Lei nº 14.133/21, a Administração deverá designar formalmente um gestor do contrato e fiscais técnicos e administrativos, responsáveis pelo acompanhamento da execução e pela verificação do cumprimento das obrigações da contratada.

**9.2 Gestor do contrato:**

- 9.2.1 Será designado pela Autoridade Competente, em conjunto com a Secretaria Municipal de Infraestrutura.
- 9.2.2 Responsável por acompanhar a execução global do contrato, garantindo que os serviços sejam prestados conforme o objeto definido no Termo de Referência.
- 9.2.3 Deverá manter comunicação direta com a contratada, registrando todas as ocorrências relevantes e propondo soluções para eventuais problemas.
- 9.2.4 Responsável pela análise e validação das medições e pela autorização dos pagamentos, conforme cronograma físico-financeiro.

**9.3 Fiscalização técnica:**



- 9.3.1 Será exercida por engenheiros e arquitetos da **Secretaria Municipal de Infraestrutura**.
- 9.3.2 Responsável por verificar a conformidade da obra com os projetos básicos e executivos, normas técnicas e especificações contratuais.
- 9.3.3 Deverá elaborar relatórios periódicos de fiscalização, incluindo registros fotográficos e medições físicas da obra.
- 9.3.4 Competirá à fiscalização técnica notificar a contratada em caso de irregularidades e acompanhar a execução das correções necessárias.

**9.4 Fiscalização administrativa:**

- 9.4.1 Será exercida por servidores designados pela **Secretaria Municipal de Saúde**.
- 9.4.2 Responsável por acompanhar aspectos administrativos, financeiros e documentais da execução contratual.
- 9.4.3 Deverá verificar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, bem como o cumprimento das obrigações acessórias.

- 9.5 **Atuação conjunta:** A atuação integrada do gestor e dos fiscais assegura que a execução do contrato seja realizada com **transparência, eficiência e conformidade legal**, garantindo a correta aplicação dos recursos públicos e a entrega da unidade de saúde em condições plenas de uso.

**10. CLÁUSULA NONA - PRAZO DE ENTREGA:**

**10.1 Prazo de execução da obra:**

- 10.1.1 O prazo de execução da obra será de **180 (cento e oitenta) dias corridos**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço pela Administração.

**10.2 Esse prazo foi definido considerando:**

- 10.2.1 A complexidade da obra, que envolve fundações em estacas de concreto armado, piso em concreto até a fase de cerâmica e estrutura complementar em madeiras de lei.
- 10.2.2 As condições climáticas da região, que podem impactar o andamento dos serviços.
- 10.2.3 A necessidade de garantir qualidade técnica e segurança na execução, sem comprometer a durabilidade da construção.

**10.3 O cronograma físico-financeiro deverá detalhar as etapas da obra, incluindo:**

- 10.3.1 Mobilização e instalação do canteiro de obras.
- 10.3.2 Execução das fundações e estrutura de concreto armado.
- 10.3.3 Construção dos pisos e revestimentos cerâmicos.
- 10.3.4 Montagem da estrutura em madeira de lei e cobertura.
- 10.3.5 Execução das instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias.
- 10.3.6 Acabamentos e pintura.
- 10.3.7 Limpeza final e entrega da obra.

- 10.4 O prazo poderá ser prorrogado em casos excepcionais, devidamente justificados e autorizados pela Administração, conforme previsto na **Lei nº 14.133/21**.

- 10.5 O cumprimento do prazo é condição essencial para a liberação dos pagamentos e para a aceitação definitiva da obra.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DA OBRA:**

- 11.1 O recebimento da obra será realizado em duas etapas: provisória e definitiva, conforme os artigos 140 e 141 da Lei nº 14.133/21.

**11.2 Recebimento provisório:**



- 11.2.1 Será efetuado pela equipe de fiscalização da Secretaria Municipal de Infraestrutura, após a conclusão física da obra.
- 11.2.2 Consistirá na verificação da conformidade da execução com os projetos, especificações técnicas e condições contratuais.
- 11.2.3 Será emitido **termo de recebimento provisório**, permitindo o uso inicial da unidade, mas condicionando a correção de eventuais pendências.
- 11.2.4 A contratada deverá apresentar manual de operação das instalações, certificados de garantia dos materiais e relatório final da execução.

**11.3 Recebimento definitivo:**

- 11.3.1 Será realizado após o prazo de observação e testes de funcionamento, garantindo que não haja vícios ou defeitos aparentes.
- 11.3.2 A Administração verificará se todas as pendências apontadas no recebimento provisório foram devidamente corrigidas.
- 11.3.3 Será emitido termo de recebimento definitivo, atestando que a obra está em condições plenas de uso e que a contratada cumpriu integralmente suas obrigações.
- 11.3.4 O último pagamento somente será autorizado após a emissão do termo de recebimento definitivo.
- 11.3.5 O recebimento provisório e definitivo assegura que a obra seja entregue com qualidade, segurança e funcionalidade, garantindo que os recursos públicos sejam aplicados de forma eficiente e que a comunidade do Aruãns receba uma unidade de saúde plenamente operacional.

**12. CLÁUSULA DÉCIMO PRIMEIRO - GARANTIAS CONTRATUAIS E PENALIDADES:**

- 12.1 Em conformidade com os artigos 96 a 102 da Lei nº 14.133/21, a contratada deverá apresentar garantia contratual correspondente a até 5% do valor total do contrato, podendo ser exigido percentual maior (até 10%) em casos de obras de grande vulto ou complexidade técnica.

**12.2 Formas de garantia admitidas pela lei:**

- 12.2.1 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública.
- 12.2.2 Seguro-garantia.
- 12.2.3 Fiança bancária.

**12.3 Finalidade da garantia contratual:**

- 12.3.1 Assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.
- 12.3.2 Cobrir eventuais prejuízos causados à Administração em razão de inadimplemento.
- 12.3.3 Garantir a execução de correções ou reparos necessários durante o prazo de responsabilidade técnica.

**12.4 Penalidades aplicáveis em caso de descumprimento contratual:**

- 12.4.1 Advertência formal.
- 12.4.2 Multa proporcional ao atraso ou à irregularidade, conforme previsto no contrato.
- 12.4.3 Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração.
- 12.4.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos da Lei nº 14.133/21.
- 12.4.5 Rescisão contratual, com execução da garantia e aplicação das sanções cabíveis.

- 12.5 A aplicação das penalidades observará o **devido processo administrativo**, assegurando à contratada o direito à ampla defesa e ao contraditório.

- 12.6 Essas garantias e penalidades asseguram que a obra seja executada com **responsabilidade, transparência e segurança jurídica**, protegendo o interesse público e garantindo a correta aplicação dos recursos municipais.





### **13. CLÁUSULA DÉCIMO SEGUNDO - DA SUBCONTRATAÇÃO:**

13.1 A subcontratação somente será admitida quando previamente autorizada pela Administração, conforme previsto no artigo 72 da Lei nº 14.133/21, e desde que não comprometa a execução do objeto principal do contrato.

#### **13.2 Regras para subcontratação:**

- 13.2.1 A contratada deverá solicitar autorização formal à Administração, indicando a empresa subcontratada, sua qualificação técnica e a parte da obra a ser executada.
- 13.2.2 A subcontratação não poderá ultrapassar **30% do valor total do contrato**, salvo exceções devidamente justificadas e autorizadas.
- 13.2.3 A contratada permanecerá integralmente responsável pela execução da obra, inclusive pelas atividades realizadas pela subcontratada.
- 13.2.4 A subcontratada deverá atender às mesmas exigências técnicas, legais e administrativas aplicáveis à contratada, incluindo regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.
- 13.2.5 Não será admitida a subcontratação de atividades essenciais, como fundações, estrutura de concreto armado e instalações críticas (elétricas e hidráulicas).

#### **13.3 Responsabilidade da contratada:**

- 13.3.1 A contratada responderá solidariamente com a subcontratada por quaisquer falhas, vícios ou descumprimentos.
- 13.3.2 Eventuais penalidades decorrentes da má execução da obra serão aplicadas diretamente à contratada, sem prejuízo de responsabilização da subcontratada.
- 13.3.3 Essa regra assegura que a subcontratação seja utilizada apenas como instrumento de apoio, sem comprometer a qualidade, a segurança e a responsabilidade da obra, garantindo a correta aplicação dos recursos públicos.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMO TERCEIRO - VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

19.7 **Disposição legal:** A vigência do contrato obedecerá ao disposto no **artigo 107 da Lei nº 14.133/21**, que estabelece que os contratos tenham prazo de vigência compatível com a natureza e a complexidade do objeto, podendo ser prorrogados nos termos da lei.

#### **19.8 Prazo de vigência:**

- 19.8.1 O prazo de vigência será definido no edital e no instrumento contratual, observando a necessidade da Administração e a disponibilidade orçamentária.
- 19.8.2 Durante o período de vigência, a contratada deverá executar integralmente o objeto, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e no contrato.

#### **19.9 Distinção entre vigência e execução:**

- 19.9.1 A vigência do contrato corresponde ao período em que o instrumento contratual permanece válido.
- 19.9.2 O prazo de execução corresponde ao tempo necessário para a realização da obra ou serviço, conforme cronograma físico-financeiro aprovado.

#### **19.10 Prorrogação:**

- 19.10.1 O contrato poderá ser prorrogado, mediante justificativa da Administração, nas hipóteses previstas no art. 107, §4º da Lei nº 14.133/21, como:
- 19.10.2 Alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica.
- 19.10.3 Superveniência de fato excepcional ou imprevisível.
- 19.10.4 Interrupção da execução por ordem da Administração.
- 19.10.5 Aumento quantitativo do objeto dentro dos limites legais.



19.11 **Encerramento:**

- 19.11.1 Findo o prazo de vigência, o contrato perderá sua validade, não sendo admitida a execução de novas obrigações, salvo se houver prorrogação autorizada nos termos da lei.
- 19.11.2 A Administração deverá providenciar a rescisão ou encerramento formal, com registro em ata e publicação oficial.

19.12 **Prazo definido:**

19.12.1 **Data de início da vigência:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**Data de término da vigência:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**15. CLÁUSULA DÉCIMO QUARTO - ADESÃO DE OUTROS ÓRGÃOS:**

15.1 **Possibilidade de utilização do contrato:** O contrato celebrado pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de Vitória do Jari/AP poderá ser utilizado por outros órgãos ou entidades da Administração Pública que manifestem interesse, conforme previsto no artigo 86 da Lei nº 14.133/21.

15.2 **Regras para adesão:**

- 15.2.1 A adesão deverá ser previamente autorizada pelo órgão contratante (Fundo Municipal de Saúde).
- 15.2.2 O órgão interessado deverá formalizar sua intenção de adesão, indicando os quantitativos e condições desejadas.
- 15.2.3 A contratada poderá aceitar ou recusar a adesão, desde que apresente justificativa plausível.
- 15.2.4 A adesão não poderá ultrapassar os limites de quantitativos e condições estabelecidos no contrato original, garantindo viabilidade da execução.
- 15.2.5 O órgão aderente será responsável pela gestão e fiscalização do contrato decorrente da adesão, sem transferir responsabilidades ao órgão contratante.

15.3 **Responsabilidade da contratada:**

- 15.3.1 A contratada deverá assegurar o fornecimento dos bens ou serviços ao órgão aderente, nas mesmas condições de preço, qualidade e prazo estabelecidas no contrato original.
- 15.3.2 Eventuais descumprimentos serão tratados diretamente entre o órgão aderente e a contratada, sem prejuízo das penalidades previstas em lei.

15.4 **Finalidade da regra:**

- 15.4.1 Essa regra assegura que o contrato seja utilizado como instrumento de **planejamento, economicidade e eficiência**, permitindo que outros órgãos públicos se beneficiem das condições pactuadas, sem comprometer a execução principal.

**16. CLÁUSULA DÉCIMO QUINTO - AJUSTE DE PREÇO E PRAZO:**

16.1 O contrato poderá sofrer ajuste de preço e prazo em casos devidamente justificados e autorizados pela Administração, observando os princípios da legalidade, economicidade e eficiência.

16.2 **Ajuste de preço:**

- 16.2.1 Admitido em situações de comprovada variação de custos de insumos, materiais ou mão de obra, que impactem diretamente a execução da obra.
- 16.2.2 O reajuste deverá observar os índices oficiais de referência, como **SINAPI, SICRO3, ORSE, SEDOP, SEINFRA e SETOP**, ou outro índice setorial aplicável.
- 16.2.3 Qualquer solicitação de reajuste deverá ser formalizada pela contratada, acompanhada de documentação comprobatória e submetida à análise da Administração.
- 16.2.4 Não será admitido reajuste retroativo ou sem fundamentação técnica e legal.

16.3 **Ajuste de prazo:**



- 16.3.1 Admitido em casos de força maior, condições climáticas adversas, greves gerais, ou outros fatores alheios à vontade da contratada que inviabilizem o cumprimento do cronograma.
  - 16.3.2 Também poderá ser concedido em razão de alterações de projeto ou de serviços adicionais solicitados pela Administração.
  - 16.3.3 A solicitação de prorrogação deverá ser formalizada pela contratada, devidamente justificada e acompanhada de relatório técnico.
  - 16.3.4 A Administração avaliará a pertinência e decidirá sobre a concessão, mediante termo aditivo contratual.
  - 16.3.5 Tanto o ajuste de preço quanto o de prazo deverão ser formalizados por meio de **termo aditivo**, devidamente publicado e registrado, garantindo transparência e segurança jurídica.
- 16.4 Essas regras asseguram que o contrato mantenha seu equilíbrio econômico-financeiro e que a execução da obra seja concluída com qualidade, mesmo diante de imprevistos ou variações de mercado.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMO SEXTO - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO:**

17.1 A execução da obra deverá observar rigorosamente os projetos básicos e executivos fornecidos pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, bem como as normas técnicas da **ABNT**, da **Anvisa** e do **Ministério da Saúde**, garantindo segurança, acessibilidade e adequação sanitária.

##### **17.2 Condições de execução:**

- 17.2.1 Mobilização de equipe técnica qualificada, com responsáveis registrados nos conselhos profissionais competentes (CREA/CAU).
- 17.2.2 Organização do canteiro de obras de forma a garantir segurança dos trabalhadores e minimizar impactos ambientais e sociais.
- 17.2.3 Cumprimento do cronograma físico-financeiro, com possibilidade de ajustes mediante autorização da Administração.
- 17.2.4 Utilização de materiais novos, certificados e compatíveis com as especificações técnicas do projeto.
- 17.2.5 Manutenção de registros atualizados das atividades executadas, incluindo diário de obras e relatórios fotográficos.

##### **17.3 Condições de fiscalização:**

- 17.3.1 A fiscalização será realizada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, responsável pelo acompanhamento técnico da obra.
- 17.3.2 A Coordenação da Atenção Básica em Saúde acompanhará a adequação da obra às necessidades funcionais da unidade.
- 17.3.3 Elaboração de relatórios mensais de execução, contendo informações sobre avanço físico, cumprimento de prazos e conformidade com especificações.
- 17.3.4 Realização de auditorias internas e externas, garantindo transparência e rastreabilidade dos recursos aplicados.
- 17.3.5 Emissão de notificações formais em caso de não conformidade, com aplicação das penalidades previstas em contrato, incluindo multas e possibilidade de rescisão.

17.4 Essas condições asseguram que a obra seja executada com qualidade técnica, dentro dos prazos estabelecidos e sob fiscalização contínua, garantindo a eficiência administrativa e a efetividade da política pública de saúde.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

Órgão:	13	Fundo Municipal de Saúde
--------	----	--------------------------



Estado do Amapá  
Prefeitura municipal de vitória do jari  
Secretaria municipal de saúde e fundo de saúde  
Departamento de planejamento e orçamento

planejamento.semsapmvj@gmail.com  
Anexo da Secretaria municipal de saúde  
Rua Pedro Ladislau, 3511, Prainha  
Vitória do Jari/AP – 68924-000

Ação:	10.301.0067. 1-023	Construção Reforma e ou/ Ampliação de Unidade Básica de Saúde
Natureza:	4.4.90.51.00.00	Outros serviços de terceiros
Fonte:	601	Obras e Instalações

#### 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

- 19.1 Este contrato rege-se pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, demais normas aplicáveis e pelas condições estabelecidas no edital, Termo de Referência, Projeto Básico e proposta vencedora.
- 19.2 Os casos omissos e as situações não previstas neste contrato serão resolvidos pela Administração, com fundamento na legislação vigente e nos princípios que regem a Administração Pública.
- 19.3 A assinatura deste contrato implica plena aceitação de todas as cláusulas e condições nele estabelecidas.
- 19.4 O foro competente para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato será o da **Comarca de Vitória do Jari/AP**, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### 20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – ASSINATURAS:

- 20.1 E, por estarem de acordo com todas as cláusulas e condições estabelecidas, assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Vitória do Jari/AP, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

#### **CONTRATANTE:**

Paulo Sérgio Pinheiro Dias Secretário  
Municipal de Saúde de Vitória do Jari/AP

#### **CONTRATADA:**

(Nome do Representante Legal da Empresa)  
(Cargo / Razão Social da Empresa)

#### **TESTEMUNHAS:**

Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_